

Jornal da Constituinte

PORTE PAGO
DR — BSB
ISR-47-331/86

Órgão oficial de divulgação da Assembléia Nacional Constituinte

Brasília, 20 a 26 de julho de 1987 — Nº 8

Salutar abrangência

O primeiro esboço da futura Constituição brasileira já está no plenário da Assembléia Nacional Constituinte e, desde a semana passada, começaram a ser formalizadas emendas a esse texto, que, como se sabe, é apenas um anteprojeto, resultante do trabalho das subcomissões, das comissões temáticas e da Comissão de Sistematização.

Pela própria natureza, o texto acabou sendo formado por quase 500 artigos, que, de alguma forma, refletem as expectativas e o desejo de participação de cada um dos constituintes.

Não poderia ser diferente o resultado até aqui alcançado. O importante é que a Constituinte está caminhando na direção certa, rumo à elaboração de uma Carta que institucionalize a ordem jurídica no Brasil e trace com realismo as bases para o exercício de todas as atividades no território pátrio.

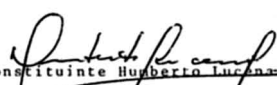
O volume previsto de emendas ao anteprojeto remetido ao plenário, de 30 a 40 mil, dá bem a idéia do interesse dos membros da ANC diante da magna tarefa a que se dedicam em Brasília.

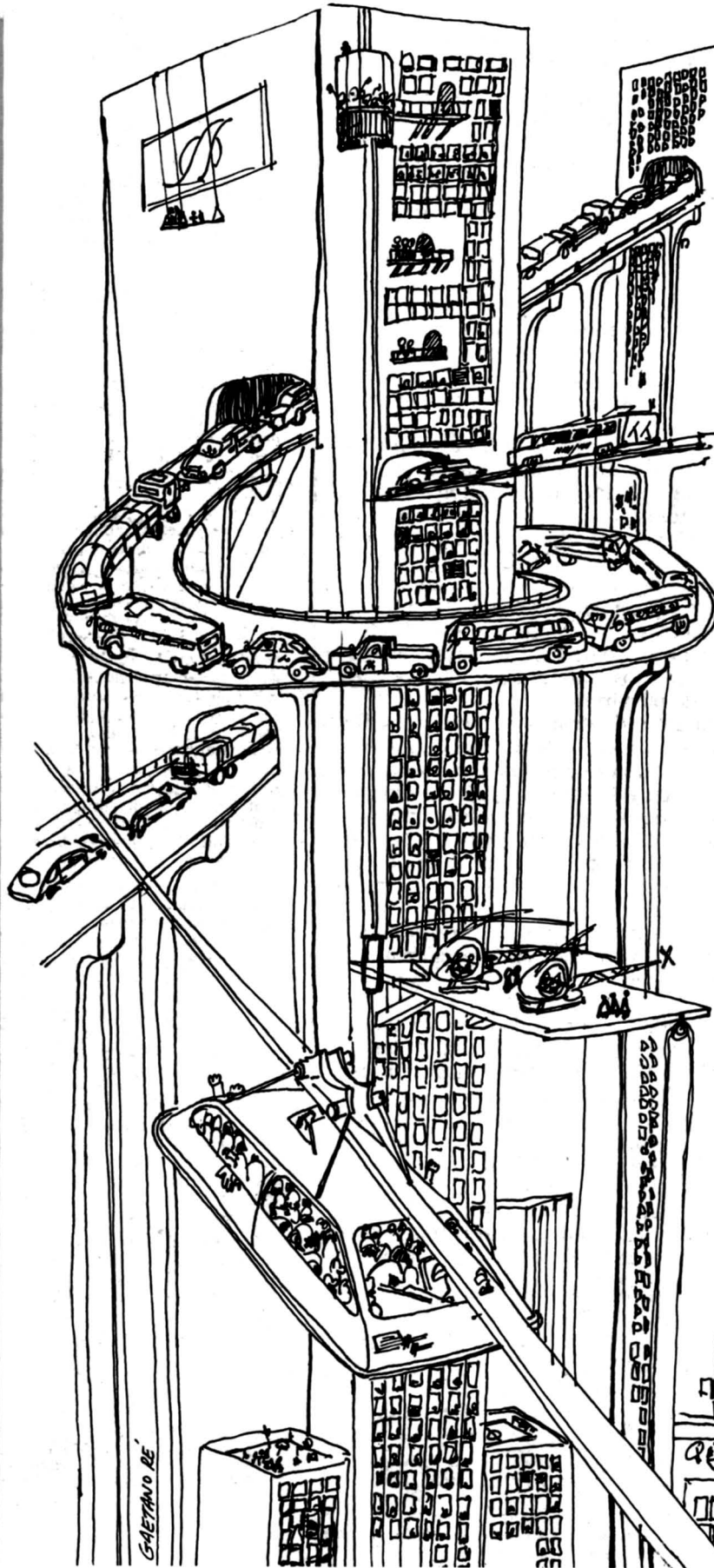
Mas não são apenas os constituintes. Outras previsões indicam que pelo menos 200 emendas populares, subscritas por 30 mil eleitores, são esperadas nas próximas semanas.

Vejo essa participação do povo, por meio de três entidades, como um complemento para o grande desafio colocado diante da Assembléia Nacional Constituinte. Foi a fórmula encontrada para que os trabalhos de redação da Carta pudessem ter essa salutar abrangência, só possível nos regimes democráticos.

Tudo isso nos leva a acreditar, cada vez com mais convicção, que o texto da futura Constituição será, realmente, o esperado pelos brasileiros.

Uma Carta moderna para um país que não pode parar de crescer.


Constituinte Humberto Lucena
Presidente do Congresso Nacional



Plenário, onde todos sintetizam a Nação

Você, leitor, pode não gostar do Brasil de hoje. Certamente, ninguém acha que é um país perfeito, longe disso. Exatamente por esse motivo está sendo redigida uma nova Constituição — Lei Maior que pretende ordenar os rumos do desenvolvimento do país, garantindo a cidadania de cada um. Neste momento, o projeto de Constituição, após tramitar durante 150 dias pelas diferentes comissões, encontra-se em discussão no plenário. Mas, o que é o plenário? No dia 15 de novembro do ano passado, 559 brasileiros, homens e mulheres, foram eleitos para formá-lo. O plenário é o retrato do Brasil de hoje, com toda a sua harmonia e todas as suas enormes contradições. O plenário representa as mais variadas tendências de pensamento da população; o plenário pretende ser — em termos de representatividade — o que temos, hoje, de mais próximo de uma democracia. No plenário, embora continuem existindo partidos, lideranças, todos podem se manifestar — e, sobretudo, todos votam. Toda negociação, todo acordo, daqui para a frente, terá de passar pelo plenário, terá de ser submetido à apreciação de todos. Acima do plenário da Constituinte, não há ninguém: somente o povo que o escolheu. (Páginas 10, 11 e 12.)

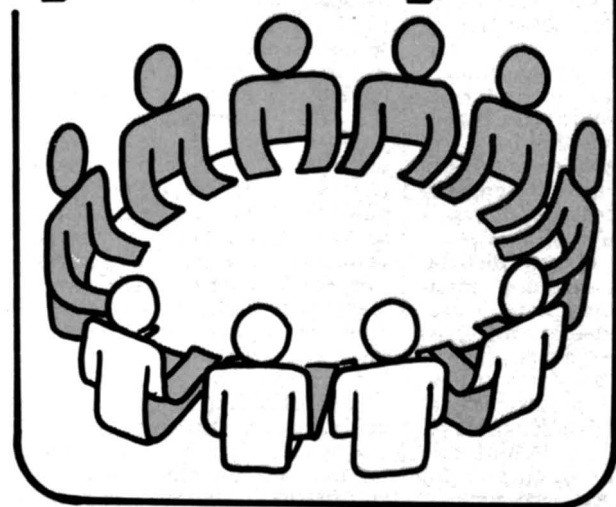
Até o final do século, 80 por cento da população viverá nas cidades. Isso é viável? (Páginas 8 e 9)

Acordo faz trabalhos avançar
(Página 13)

Há risco em capitalizar a dívida?
(Página 10)

Acompanhe a elaboração da sua Carta
(Página 7)

Lideranças dialogam. Em mira, o pacto
(Páginas 3 a 6)



As críticas ao projeto de Constituição já não devem preocupar os constituintes, o que se busca agora são as regras do entendimento, do pacto, para que um texto adequado à realidade nacional venha a aflorar do plenário final.

No encontro promovido pelo **Jornal da Constituinte**, seis parlamentares apontaram algumas alternativas para romper o impasse aparente neste limiar da segunda e decisiva fase de elaboração constitucional.

A iniciativa e a coordenação da mesa-redonda foram do primeiro secretário da ANC, Marcelo Cordeiro (PMDB — BA) que reuniu Haroldo Lima (PC do B — BA), Carlos Sant'Anna (PMDB — BA), Luiz Inácio Lula da Silva (PT — SP), Marcondes Gadelha (PFL — PA), Artur da Távola (PMDB — RJ) e Siqueira Campos (PDC — GO).

Em linhas gerais, todos concordaram que o diálogo daqui para frente terá de envolver os partidos políticos, embora matenham clara a concepção de que na decisão final, do voto em plenário, o que pesará são as convicções pessoais de cada constituinte.

Enquanto houve concordância sobre o uso da prerrogativa que tem o relator Bernador Cabral (PMDB — AM) de apresentar um substitutivo após o prazo das emendas que se encerra no dia 13 de agosto, houve polêmica quanto à mudança do Regimento para que se permita substitutivos de constituintes, individualmente, ou de partidos e eventuais blocos, com afinidade ideológica e programática.

Sobre a extensão da nova Constituição, generalizou-se, no debate, a idéia de que o mais importante é que ela seja adequada às aspirações nacionais. Nem tão sintética, que suprima a heterogeneidade, nem tão prolixa, que se torne redundante e denuncie uma "desconfiança" no Poder Legislativo, em sua missão de legislar complementar e ordinariamente.

Bem recebida foi a proposta do constituinte Arthur da Távola de que se constitua um grupo pluripartidário para eliminar do atual projeto toda matéria reconhecidamente não constitucional. Num segundo passo seriam retirados do texto — e destacados — os pontos polêmicos que acabarão sendo decididos no voto em plenário. O que já é consenso receberia agora o texto final.



Generaliza-se a idéia de que este é o momento para sentar e conversar.

Substitutivo pode gerar o pacto

Marcelo Cordeiro — Vamos começar esta mesa-redonda ouvindo de cada um uma breve avaliação a respeito dos trabalhos desenvolvidos pela Assembléia Nacional Constituinte até hoje, cujo desaguadouro é o anteprojeto apresentado pela Comissão de Sistematização, que será objeto de debate no plenário nesses próximos trinta dias e também de emendas por parte dos constituintes e da população brasileira, que, neste momento, tem oportunidade de apresentar emendas ao projeto de Constituição de iniciativa popular. Essa fase inaugura um período novo.

Vamos iniciar essa intervenção pela minha esquerda com o líder do Governo, constituinte Carlos Sant'Anna. Somos seis no debate, e meu papel aqui é suscitar os problemas e estimular os debates.

Carlos Sant'Anna — A Constituição que devemos elaborar deve refletir o pensamento médio da sociedade brasileira. Deve refletir o poder constituinte originário já que somos delegados desse poder. O que vale dizer que a Constituição não pode, na Constituinte, transformar-se nem traduzir o pensamento de uma corrente majoritária, pois esta impõe suas idéias e decisões e, com isso, apaga o pensamento e as reivindicações das correntes minoritárias

que, nessa hipótese absurda, deixariam de figurar na Constituição. Com a preocupação inicial de que não fosse assim, funcionou na própria Constituinte uma subcomissão de minorias, para que essa parcela do povo brasileiro ainda que até nem representadas na Constituinte, como por exemplo, os índios, pudessem ter seus direitos perfeitamente estabelecidos na própria Constituição.

Ora, grande parte das dificuldades que estamos atravessando surge da metodologia, que, aparentemente muito interessante, trouxe problemas. Nas subcomissões, os relatores designados para essa fase não reproduziram os resultados de toda a discussão que ali nasceu. E se essa proposta representa apenas uma ala de pensamento, às vezes minoritária, a majoritária fica com dificuldade enorme, pois não pode mudar o todo, uma vez que os substitutivos não podem ser aceitos, de acordo com regra regimental. Então, tem que ir mudando por emendas, pedaços, e, quando se aprova, fica, mesmo nas subcomissões, um conjunto díspar, estranho, diferente. Uma grande responsabilidade sempre fica quando há um confronto total entre, por exemplo, uma possível maioria e o parecer que se apresenta e aquela derruba o parecer, pois aí fica um vazio;



O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, diz que a nova Constituição não pode traduzir só o pensamento da maioria, mas também as aspirações das minorias

não resta nada. Quando as comissões temáticas vieram, era de se imaginar que nestas, englobando três subcomissões, seus relatores fossem respeitar, pelo menos na essência, o que viesse das subcomissões. Mas não, e não foi resultante de discussão. Na verdade, a grande maioria dos relatores das comissões temáticas simplesmente resolveu dar as suas posições pessoais, as suas convicções, que vinham do seu pensamento anterior, e fizeram relatórios. Ora, esses relatórios foram um entrechoque das opiniões, e daí resultou o trabalho que temos aqui.

Luiz Inácio da Silva — Estou convencido de que o projeto do Bernardo Cabral demonstrou para nós que é preciso um pouco mais de maturidade na elaboração da nova Constituição; ele demonstrou uma coisa que considero fundamental: nenhum segmento social conseguirá, na marra, impor aquilo que ele entenda que seja correto na Constituinte. Ou se estabelece um político de conversação, e é preciso que se descubra os interlocutores para elaborar uma Constituição moderna, avançada do ponto de vista das conquistas sociais. É preciso que haja um avanço substancial para que diminuamos a miserabilidade existente neste país. Então, penso que, na medida em que setores

do próprio governo tentaram ter ingerências — basta ver as declarações do ministro do Exército com relação à questão da estabilidade no emprego, a questão das 40 horas — para isto ter ressonância em alguns constituintes, para passarem a fustigar e, porque não dizer, até zombar do projeto do Bernardo Cabral, através dos meios de comunicação. Isso leva a um descrédito total e absoluto do que se está fazendo aqui. Posso discordar de inúmeros pensamentos aqui nesta Constituinte, mas uma coisa tenho que reconhecer: há companheiros que trabalham 24 horas por dia, durante 30 dias; há companheiros que participaram de 14 subcomissões no mesmo dia; há companheiros que vararam a noite fazendo seus projetos. Eu poderia até não concordar, mas houve um trabalho insano para tentar se chegar onde se chegou.

É muito fácil algumas pessoas estarem de fora zombando do projeto, dizendo que não se fez nada até agora. Acho que se fez, e se fez exatamente aquilo que tivemos capacidade de fazer até agora, e foi importante acontecer o que aconteceu, mesmo que o projeto não espelhe a realidade brasileira nesse instante. Duro será se o projeto final não espelhar aquilo que a sociedade brasileira espera hoje. Não faremos uma Constituição

Siga a bússola da Constituição

1º TURNO DO PROJETO CONSTITUCIONAL

FLUXOGRAMA

PLENÁRIO E COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO



A etapa inicial do projeto constitucional, em seu primeiro turno, foi cumprida na semana passada. O anteprojeto foi submetido inicialmente, com os seus 501 artigos, ao plenário da Comissão de Sistematização. Esse anteprojeto antes de ser convertido em projeto foi votado dentro da Comissão, que aprovou o texto final com uma pequena redução no número total de artigos, agora fixado em 496, de acordo com o texto final elaborado pelo Relator Bernardo Cabral. Está encerrada, dessa forma, a primeira participação da Comissão de Sistematização no esforço de elaboração da nova Constituição. Os parlamentares dessa Comissão somente voltarão a se reunir para apreciar o projeto, com as novas emendas recebidas, no dia 24 de agosto.

O Relator da Comissão de Sistematização, constituinte Bernardo Cabral, teve menos de dois dias para a elaboração do texto final do anteprojeto. Afinal, no prazo regimental de dois dias, o projeto constitucional já deveria estar sendo distribuído entre os parlamentares através dos avulsos impressos no Centro Gráfico do Senado Federal e posteriormente colocados na Seção de Avulsos da Assembléia Nacional Constituinte. No dia 14 também estava iniciando a contagem do prazo regimental de 40 dias para a discussão do projeto e apresentação de emendas, tanto de origem popular como de parlamentares. A publicação e distribuição de avulsos, com o texto do projeto constitucional, imprimiu também um ritmo diferente aos trabalhos da Constituinte com o aumento do horário destinado, nas sessões, às discussões de propostas de manutenção ou alteração do texto.

A partir dessa data, teve início o prazo para apresentação de emendas de plenário, de origem popular e das discussões do projeto apresentado pela Comissão de Sistematização. A organização das sessões também foi modificada. Os debates nessa fase não são organizados por temas e cada constituinte pode fazer uso da palavra por 20 minutos para discutir matéria constitucional, além do período específico para breves comunicações e para comunicações de liderança. Serão ao todo 22 sessões ordinárias com duração de 4 horas cada uma, além de 18 sessões extraordinárias. O momento de maior polêmica, entretanto, deve ficar por conta do período reservado para discussão do projeto de constituição. Tanto assim que as sessões extraordinárias estão integralmente dedicadas a essa discussão que envolverá no máximo 18 constituintes por sessão.

Esse dia marca o final do prazo de apresentação de emendas não apenas de constituintes ao projeto da Comissão de Sistematização, como também as de origem popular. Essas emendas, a esta altura, já terão sido encaminhadas ao Relator Bernardo Cabral, que estará, inclusive, trabalhando no texto do substitutivo que será apresentado à Comissão de Sistematização. As emendas populares, para merecerem a apreciação do constituinte Bernardo Cabral, deverão obedecer a alguns critérios básicos. Os principais pontos são o mínimo de assinaturas de trinta mil, entre brasileiros que tenham direito a voto. Sendo necessária também a indicação do nome completo, do endereço e de todos os dados do título eleitoral dos assinantes. O Relator Bernardo Cabral deverá ter muito trabalho nessa etapa. Estão sendo esperadas entre trinta e quarenta mil emendas populares e de parlamentares.

O projeto da Comissão de Sistematização será objeto de discussão ainda pela prazo de dez dias após o dia final de apresentação das emendas populares e de constituintes. Com o fim da discussão, entretanto, tem início a quinta fase trajetória do projeto constitucional. Até essa data, mesmo sem novas emendas, os constituintes defenderão seus pontos de vista representados na Comissão de Sistematização por suas propostas. Apesar do grande número de emendas que estão sendo esperadas na etapa anterior, cada constituinte vai defender proposições que não substituam integralmente o texto do projeto ou que não digam respeito a mais de um dispositivo, a não ser que se trate de modificações correlatas, de maneira que a alteração relativamente a um dispositivo envolva a necessidade de se alterarem outros.

Um dia após o término do prazo para discussão do projeto constitucional em plenário, tem início uma nova fase de trabalho dentro da Comissão de Sistematização. As emendas, bem como o próprio projeto constitucional, retornam à Sistematização, onde serão apreciados pelos 93 parlamentares integrantes da Comissão. Esta será uma fase de muito trabalho, com a análise aproximada de trinta mil emendas, para um prazo muito curto de 25 dias, até o dia 17 de setembro. Será igualmente um trabalho de habilidade política, onde os parlamentares integrantes da Comissão de Sistematização vão procurar conciliar as diversas reivindicações e posições manifestadas pelos demais constituintes, isso sem falar nas manifestações de origem popular. Uma produção cuidadosa que vai delinear os contornos da nova Constituição.

O primeiro turno de tramitação do projeto constitucional avança mais uma etapa nesta data. Dez dias após o Dia da Independência e vinte e cinco depois do início dos trabalhos de apreciação das emendas populares e de constituintes será encerrado o processo de votação das principais modificações no texto do projeto constitucional original dentro da Comissão de Sistematização. Cada modificação ou manutenção do texto do projeto foi objeto de um longo debate dentro da Comissão e uma proposta somente será considerada vitoriosa se conseguir obter a maioria dos votos dos parlamentares integrantes da Comissão de Sistematização. Em números redondos isso quer dizer que uma proposição antes de integrar o texto do substitutivo, deverá merecer o voto favorável de pelo menos 47 dos 93 constituintes da Comissão.

Com o final da votação e a conseqüente alteração do texto, o projeto constitucional levará dois dias para ser apresentado aos demais parlamentares da Assembléia Nacional Constituinte. Neste curto espaço de tempo, o projeto receberá uma nova redação, dada pelo Relator Bernardo Cabral antes de ser enviado ao Centro Gráfico do Senado, onde serão confeccionados os avulsos. A partir deste dia, portanto, a Comissão de Sistematização apresentará um substitutivo que responderá aos anseios de muitos parlamentares e de muitas emendas populares, sempre tendo em vista responder às necessidades da sociedade e da conciliação, segundo acredita o Relator da Comissão, o constituinte Bernardo Cabral. Com a cópia do substitutivo na mão, os parlamentares e os assinantes das emendas populares verificarão se suas reivindicações foram atendidas.

Seguindo ainda o fluxograma determinado pelo Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, chegamos à etapa final do primeiro turno do projeto constitucional. Após a publicação e distribuição de avulsos contendo o texto do substitutivo tem início a fase de votação em primeiro turno pelo plenário. Esse será um momento de articulação política muito intenso. Afinal, para que se introduza qualquer modificação no texto do substitutivo, serão necessários os votos de pelos menos 280 constituintes. Nesta etapa não existe uma duração máxima prefixada. Como ocorreu nas anteriores. O prazo será determinado pelo entendimento entre os parlamentares. As fases seguintes dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte ainda não têm data prevista, mas após a aprovação de alterações ou do substitutivo na íntegra, terá início o segundo turno.

O projeto de Constituição entrou, semana passada, em seu primeiro turno.

Após a votação do anteprojeto e a distribuição dos avulsos do projeto aprovado na Comissão de Sistematização, os próximos 25 dias

serão reservados para a discussão do novo texto e também será o momento da apresentação das emendas, tanto de origem popular como de todos os Constituintes.

Para que uma emenda de origem popular seja apreciada pela Comissão de Sistematização, ela deverá ter o mínimo de trinta mil assinaturas.

Nesta lista, além do nome legível e do endereço do assinante, deverá constar dados do título de eleitor.

Tudo legível. Emendas populares de todo País começaram a chegar, semana passada, à Constituinte, e o número total de propostas, contando com as procedentes de parlamentares, hoje estimado é de algo em torno de trinta mil. Um trabalho que vai exigir muito dos integrantes da Comissão de Sistematização.

Afinal, eles terão somente vinte e cinco dias para apresentar um substitutivo que volta a plenário.

Esta votação não tem prazo para terminar. Tudo depende de um entendimento.

559 homens e um destino: a Constituinte no plenário

Desde o último dia 15, o plenário da Assembleia Nacional Constituinte é, regimentalmente, o grande fórum dos debates. Ali são discutidos todos os temas relacionados ao país que se pretende construir para o futuro. Estão sendo encaminhadas ao plenário emendas de todas as origens: apresentadas por partidos, por constituintes individual-

mente e pelo povo — as chamadas emendas populares, subscritas por pelo menos, 30 mil eleitores. Na primeira semana de discussões, grandes temas já afloraram. Entre eles, destaca-se a proposta de transformação da dívida externa brasileira em capital de risco. Por esse instrumento, empresas estrangeiras poderiam converter em investimentos no país

os nossos débitos para com instituições bancárias do exterior.

É questão controversa e premissa derrotada, preliminarmente, na Comissão de Sistematização. Outros temas importantes já são, também, discutidos pelo plenário como a remoção prévia do que se chama de “entulho autoriário”.

Em debate os riscos da dívida

O plano do governo, também chamado Plano Ethel-Murad, de internacionalização da economia brasileira, tem sido objeto de muitos pronunciamentos no plenário da Constituinte, declarando o constituinte paulista Fernando Gasparian, do PMDB, que o projeto governamental, sob a capa de um vago e hipotético desenvolvimento, entrega a economia do Brasil à sanha do capital estrangeiro”.

— Dessa maneira — diz Gasparian — não alcançaremos o verdadeiro progresso. Apenas estimularemos a especulação, a exploração dos recursos minerais, florestais e humanos, como vem ocorrendo desde o descobrimento do Brasil, comprometendo as bases para a criação de uma grande civilização nesta parte do mundo.

Para Fernando Gasparian, o verdadeiro desenvolvimento deste País só será conseguido quando os responsáveis pela condução dos negócios públicos brasileiros se conscientizarem da necessidade de se transformar os 130 milhões de brasileiros em cidadãos de primeira classe, integrados social e economicamente em um Brasil moderno e atuante no cenário internacional. Também a integração desse povo em um mercado interno, capaz de consumir alta tecnologia, é condição “sine qua non” para o desenvolvimento nacional.

Já a decisão do presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, de encaminhar para deliberação do presidente da constituinte Ulysses Guimarães, algo já decidido pela Comissão: o projeto de decisão do deputado Paulo Ramos (PMDB — RJ), que veda a conversão da dívida externa em capital de empresas estrangeiras, foi considerada pelo constituinte Luiz Alfredo Salomão, do PDT do Rio de Janeiro, como um ato absurdo.

— Não tem nenhum sentido a deliberação de Arinos — diz Luiz Salomão. Querem criar agora o tapetão, para ver se por aí equiparam neste país as subsidiárias das multinacionais às empresas nacionais, conforme o pretendido pelo projeto dado para o genro do Sr Sarney assinar.

— Isto é um projeto de ventriloquia — fala o baiano Domingos Leonelli, do PMDB. — Esse Murad é apenas o repetidor de um ventriloquo.

Com isso não concorda o paulista Ricardo Izar, do PFL.

— Não entendo — diz Izar — que queiram fechar as portas do país, na hora em que ele mais precisa de crédito e em que as nações abrem suas portas para o capital externo. Deveríamos abrir nossas portas para o mundo.

Já em sentido contrário ao do deputado pelo PFL é o da pernambucana Cristina Tavares, do PMDB.

— O PMDB — diz Cristina não tem o direito de levar o Brasil a leilão, como tem feito o Ministro Bresser Pereira. O próprio líder do governo, constituinte Carlos Sant’Anna (PMDB-BA.) está tentando reverter a decisão da Comissão de Sistematização proibindo a mudança da dívida em capital de empresas estrangeiras.

Para Cristina, não é possível que o presidente Sarney manifeste tal disposição com a possibilidade de transferir o controle das empresas estatais para o exterior a preço de quase nada.

OS EUA SE PROTEGEM

Também o constituinte baiano Celso Dourado, do PMDB, defende “um maior controle do país” sobre o capital estrangeiro aqui instalado. E explica:

— O capital estrangeiro é necessário, mas não pode ser aceito com o liberalismo defendido por alguns. Os Estados Unidos, campeões do liberalismo econômico, protegem muito bem as suas empresas de ponta, e não admitem que o controle acionário das mesmas passe para mãos estrangeiras.

No Brasil, conforme Celso Dourado, os grandes defensores do liberalismo desregrado são aqueles beneficiários do endividamento externo durante o regime autoriário.

— Esse mesmo regime que levou à marginalização e à miséria 70 milhões de brasileiros. Esse liberalismo, a meu ver, não existe,



Luiz Salomão



Nelton Friedrich



Jorge Arbage



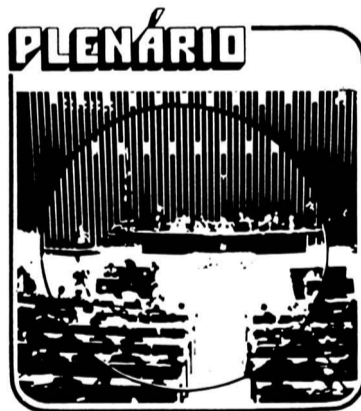
Domingos Leonelli



Fernando Gasparian



Celso Dourado



O capital estrangeiro é necessário, mas não pode ser aceito com o liberalismo defendido por alguns: o liberalismo desregrado dos beneficiários do endividamento externo

exceto onde se juntam a desonestidade interna e externa para garantir privilégios, seja de grupos, seja do capital internacional.

O QUE É PRECISO

Inconformada com a crise é a constituinte Lúcia Braga, do PFL da Paraíba, segundo a qual nosso déficit habitacional situa-se em torno de 10 milhões de unidades, significando que mais de 30% de nossa população encontra-se ao desabrigo.

Lúcia diz o que é preciso:

— Que a reforma do projeto de Constituição seja repensada a nível das aspirações dos sem-terra. É preciso uma reforma tributária coerente com as necessidades dos estados menos favorecidos. É preciso uma reforma urbana que venha ao encontro da realidade das áreas de pobreza absoluta dos grandes centros. É preciso, enfim, maior sensibilidade do governo para com os problemas sociais mais urgentes deste país, entre os quais se destaca, sem dúvida, o da moradia.

— Ora — diz o paraense Nelton Friedrich (PMDB) — o próprio presidente José Sarney vem defendendo sistemas entreguistas, como o da Coréia, da Singapura e da Ilha de Formosa. É o modelo que ele quer para o Brasil. Dessa forma, prefiro ficar nos palanques a abraçar um governo que assume tais propostas e volta a aplicar a

Lei de Segurança Nacional contra adversários políticos.

— Somos vítimas — diz por sua vez o constituinte paraense Sérgio Spada, do PMDB —, juntamente com centenas de países pobres, de um processo espoliativo com caráter de neocolonialismo, pelo qual jamais as nações a ele submetida conseguirão se libertar pela crescente adição, ao principal, das taxas e juros adicionais que fluam, sempre para o alto, segundo as conveniências dos países credores.

Mas não é por aí que quer o constituinte pernambucano José Tinoco, do PFL. Ele quer a negociação política, que pressupõe, conforme diz, a fixação de alguns objetivos comuns, aceitáveis por todos os interessados.

— Um acordo político — diz Tinoco — pode e deve ser feito, fundamentalmente, em relação à Constituinte em primeiro lugar; e em segundo lugar, na busca de um entendimento que vise a preservar as conquistas já feitas, e evitar que retrocedamos.

Também o constituinte Jorge Arbage, do PDS do Pará, quer entendimento.

— Só assim — diz Arbage — poderemos iniciar o diálogo na busca do entendimento para a formação de um pacto social e político que ecumenize as forças vivas na luta pela solução dos problemas básicos que nos afligem.

Na discussão, novas idéias ao projeto

A discussão do anteprojeto da Comissão de Sistematização foi aberta no plenário da Constituinte, e Antônio Câmara, do PMDB do Rio Grande do Norte, defendeu emenda de sua autoria dispondo que, decorridos 12 meses da promulgação da Constituição, será aprovada lei que fixe as diretrizes da política mineral brasileira.

— Esta, afirma Antônio Câmara, é uma oportunidade imperdível de inserir na Carta Magna a exigência de serem submetidos à apreciação do Congresso os princípios da política de um setor vital para o desenvolvimento do país, como é o caso da mineração.

O constituinte rio-grandense-do-norte fez ver que sua proposta visa a ampliar e a garantir efetivamente o exercício da soberania nacional sobre os recursos do subsolo e a participação da sociedade no usufruto dos benefícios que são capazes de gerar.

O orador diz que se impõe para o setor um uso racional, dentro de modelos socialmente desejáveis, sendo preocupante a participação nacional na exploração de minérios de apenas 31%, isto enquanto é cada vez maior a transferência de benefícios para a exploração por empresas estrangeiras, especialmente nos setores de minério de ferro e alumínio.

— Mas o mais sério, diz Antônio Câmara, é a falta de racionalidade no aproveitamento dos recursos minerais, o que faz com que o Brasil continue dependente em larga escala de alguns minerais estratégicos. Daí nosso apelo por uma imediata formulação de política para o setor, com o envolvimento do Congresso Nacional em todas as discussões sobre a questão mineral.

Nesse sentido, o orador defendeu uma maior participação da empresa privada nacional, “que atualmente detém apenas 6% da exploração mineral”.

REJEIÇÃO

“Matemos o monstro”, disse o constituinte José Mendonça de Moraes (PMDB — MG) ao defender a rejeição completa do projeto de Constituição, para que seja substituído por outro, a ser elaborado pelo relator Bernardo Cabral de modo o mais sintético possível.

O parlamentar criticou o grande número de artigos, 496, existente no projeto, salientando que não há necessidade de a Constituição chegar a minúcias que deveriam ser tratadas através da legislação ordinária. José Mendonça de Moraes ainda considerou a proposta muito contraditória, chamando a atenção para o fato de que alguns artigos apresentam disposições virtualmente opostas no conteúdo. Citou como exemplo o art. 12, que concebe a igualdade entre homem e mulher, e o art. 88, que determina aposentadorias em diferentes condições, dependendo

do sexo.

José Mendonça de Moraes atribuiu à “fraqueza do Regimento Interno da Constituinte” o fato de o projeto constitucional se apresentar cheio de falhas. No seu entendimento, os prazos foram exigidos e as votações feitas com rapidez para atender às imposições regimentais de tempo. O parlamentar também culpou a ação de grupos que definiu como “progressistas só de rótulo”.

Segundo ele, “a Constituinte tem a obrigação de trabalhar com garra, com o intuito de transformar o monstro, ou seja, o projeto constitucional, numa Constituição, a exemplo dos países desenvolvidos, objetiva e sintética e que expresse a vontade do povo brasileiro”. Pela definição usada pelo parlamentar, elaborar uma obra que seja fruto da vontade expressa de toda a população.

TERRA

O constituinte João Menezes, do PFL do Pará, considera importante a questão da terra, a da estabilidade no emprego, a das anistias civil e militar, bem como a das greves e dos sindicatos, e julga incompleto o tratamento até agora dispensado à terra.

— Somos favoráveis à reforma agrária — diz Menezes — não somente como meio de conceder terras aos trabalhadores, mas, principalmente, como propiciadora ao trabalhador rural de insumos e formas de manter e aumentar a produtividade da terra. É necessário que a Constituição promova a elaboração de um Código Rural que estabeleça parâmetros, sem os quais a reforma agrária não contribuirá para a justiça social. Sem esse Código Rural, onde estariam previstas as normas de uso e ocupação do solo, bem como os níveis de assistência técnica e financeira ao produtor, as famílias contempladas com a reforma agrária seriam obrigadas, em pouco tempo, a vender as suas propriedades por absoluta falta de condições de trabalhá-la.

ANISTIA

João Menezes, quanto à anistia,



Antônio Câmara



afirmou que não poderá permitir que um funcionário demitido por justa causa faça uso do argumento político para voltar à sua antiga função. E quanto aos militares, a volta com direito a uma patente superior provocará uma situação de conflito dentro das Forças Armadas.

— A anistia, que deve ser um instrumento de pacificação, transformar-se-ia em elemento de discórdia entre militares.

Estabilidade no emprego: “É importante, contra o fantasma do desemprego”. Mas condena medidas populistas: “Apenas representam posições isoladas e não se adequam em sistema de defesa do desempregado”.

Greves: “A greve não é como ao tempo de João Goulart, que era de sindicatos. Hoje a greve tem sentido revolucionário.”

CALENDÁRIO

O constituinte Plínio Arruda Sampaio, do PT de São Paulo, quer a formulação de calendário ou cronograma para a discussão dos temas apresentados no anteprojeto da Constituição.

Ele entende que uma constituição só será forte se o povo acompanhar a sua elaboração. Seu raciocínio é o de que não há ninguém que esteja disposto a ouvir discursos e mais discursos sem que antes saiba os temas a serem abordados.

Para o representante paulista, o sistema atual de discussão dilui o debate, daí a necessidade de uma formulação, para a qual pleiteia uma definição da Mesa.

TRABALHADORES

Já o constituinte Mário Maia, do PDT do Acre, entende ser chegada a hora, com a Constituinte, de projetar um novo quadro, onde estejam configuradas de maneira mais justa as relações entre o capital e o trabalho.

Segundo ele, os trabalhadores foram vítimas da política econômica imposta à Nação pelos governos militares e também pelos governantes da chamada Nova República.



Plínio Arruda

O plenário é o país

Plenário (Do lat. tardio plenariu). Adj. Pleno, completo. 2. Qualquer assembleia ou tribunal que reúne em sessão todos (ou quase todos) os seus membros; pleno.

Pleno. (Do lat. plenu). Adj. 1. Cheio, repleto. 2. Completo, inteiro, absoluto, cabal.

(Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.)

Pois bem. O destino da futura Constituição está confiado ao plenário. Presume-se, pelo texto acima, que todos, ou quase todos os seus membros, que são 559, produzam algo inteiro, absoluto, cabal. Ou, em outra hipótese, repleto, cheio.

Não importa. O sentido do plenário é o da participação de todos. Não é à toa que, antecedendo a formação dessa Assembleia Constituinte, se concebeu uma idéia de plenário — o lugar onde 559 pessoas, homens e mulheres, representariam os anseios de todos — ou quase todos — os brasileiros.

Evidentemente, uma análise histórica ou sociológica das representações políticas brasileiras poderia, em parte, desautorizar o conceito de pleno, no sentido de que, no todo da Assembleia, estaria representado o todo da sociedade brasileira. Isso não é verdade. O formato do plenário é o formato da sociedade de hoje, com as contradições nela presentes: existe enorme disparidade de renda, o que equivale dizer grande concentração de riqueza. O acesso à educação e à saúde é, no mínimo, seletivo, e isso influi na formação da representatividade, a nível de votar e ser votado. Existem constituintes eleitos por grupos menores, mas fortes em algum sentido. Outros eleitos por grupos grandes, fortes num sentido e fracos em outro. Existem, ainda, constituintes eleitos quase isoladamente pelo trabalho que fizeram — e fazem — em benefício de suas comunidades. São interesses de todos os matizes: de financistas, de proprietários de terras, de trabalhadores rurais e urbanos, de nacionalistas sinceros, de xenófobos, de pessoas que acreditam na internacionalização do país como principal via para o desenvolvimento. Há quem brigue contra discriminações de raça, de sexo. Há quem lute pela prevalência da cultura herdada da Europa ou da surgida da construção da brasilidade. Tem de tudo. Está cheio, está repleto, é pleno, é completo, é o plenário. Tudo o que, se discutiu em subcomissões, comissões, tudo o que se sistematizou deságua agora, inevitavelmente, no plenário. Como a maior parte dos constituintes concorda em que, para reger o funcionamento do plenário se optou por um instrumento democrático, essa é a hora em que todos podem — e devem — se manifestar. Qualquer constituinte que tenha se sentido marginalizado nas fases anteriores tem, agora, a oportunidade de opinar. Se não pela palavra, que o tem-

po não é infinito, pelo voto. A consciência do voto deve ser plena, absoluta, como só pode acontecer em um plenário.

Quem discorda de lideranças, pode se deslizar. Quem com elas concorda, que as siga. Se o projeto de Constituição até aqui construído não satisfaz à própria Constituinte e à sociedade, o plenário pode rever tudo. O plenário deve se conscientizar da sua plenitude, pois, se de uma forma ou de outra, é formado por 559 cidadãos escolhidos para elaborar a lei maior do país, deve cumprir essa tarefa sem receio de estar ferindo o povo, ou anseios de parte do grande plenário que é o país. Prevalecerá a decisão da maioria, em todos os temas. Se, em um ou outro caso, esta maioria representar apenas números — e não interesses de parcelas majoritárias do povo — é porque, neste plenário, não havia, então, o país ideal. O país ideal não existe, pode ser imaginado ou concebido pelo plenário do país real de hoje.

Em termos práticos, foi saudável que nada tenha sido pré-definido, com arcabouço completo, antes de chegar ao plenário. Mesmo que se perca tempo com adequações, com supressões, com adições, ganhar-se-á muito tempo na história permitindo-se que o debate flua sem amarras, que se discuta à exaustão, que se vote e revote, mas que, enfim, se tenha uma decisão próxima do pleno, decidida pelo plenário.

Do constituinte que não tem qualquer espaço na grande imprensa até as grandes estrelas da política, todos devem ter espaço no plenário. Os segundos constroem este espaço há muito tempo; os primeiros devem brigar por ele.

O plenário é o que de mais próximo temos da democracia neste instante da vida nacional. Se ameaçado, deve reagir, pois representa, neste instante, o Brasil inteiro. Ninguém paira sobre o que é pleno, ninguém pode pretender dominar o absoluto.

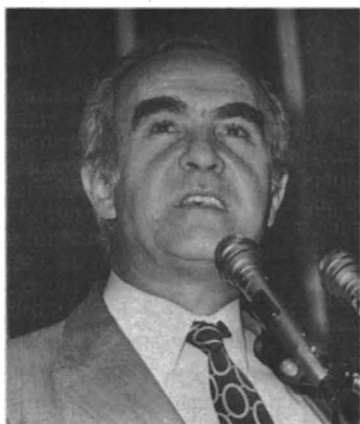
Mais pleno e absoluto que o plenário da Assembleia Nacional Constituinte, somente o povo brasileiro, que o eleger. Se o povo, ao final de tudo, estiver de acordo com o plenário, a Constituição será uma peça inteira, cabal.

Neste instante, o plenário é o raio X do país. E o país só mudará a partir das decisões desse plenário.

Ronaldo Paixão
Secretário de Redação



Maurílio F. Lima



Adroaldo Streck



Adilson Motta



Sérgio Spada



Ademir Andrade

Constituintes repelem pressões

A convenção do PMDB foi objeto de muita expectativa e pronunciamentos, nos dias que a precederam no plenário da Constituinte, inclusive por parte de representantes de outros partidos, como é o caso do Constituinte gaúcho Adilson Motta, do PDS.

— O PMDB — diz Adilson Motta — está sonhando as diretas. E quanto a mim, anuncio: sou por diretas no prazo mais exíguo possível.

O representante gaúcho declara que o PMDB cometeu um equívoco quando determinou que a convenção do partido deveria decidir soberanamente sobre aquele tema, o que, no entender do orador, não procede, porque a duração do mandato presidencial deve ser discutida e votada em plenário

e por todos os partidos, por ser um tema que interessa a toda a Nação e vai decidir o futuro do País.

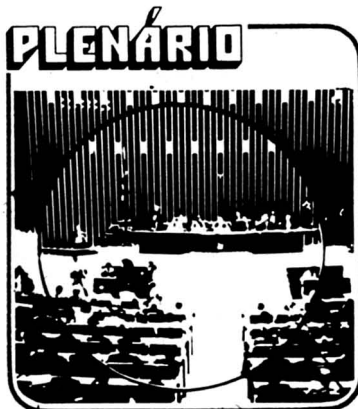
MENOS A HONRA...

Disposto a votar pelos quatro anos, o pernambucano Maurílio Ferreira Lima, do PMDB, recordou pronunciamento do saudoso Deputado Djalma Marinho, quando resistia à pressão do governo Costa e Silva pela cassação do mandato do então Deputado Márcio Moreira Alves, por crime de delito de opinião no uso da tribuna parlamentar. E dizia Djalma: "Ao rei tudo, menos a honra".

Maurílio denunciava as pressões que dizia estarem sendo feitas pelos Estados contra os do PMDB: ou vota pelos cinco anos,

ou perde os cargos. Diz que indicara duas pessoas para ocupar postos, no começo da Nova República.

— Mas se o Presidente da República quiser demiti-los, que demita. Votarei pelos quatro anos.



CAOS

Já o gaúcho Adroaldo Streck, do PDT, entendeu que o Governador do Paraná, Álvaro Dias, do PMDB, cometera um desatino ao criticar os que defendem eleições diretas para presidente da República.

— É descabido acusar os defensores de eleições diretas como pretendentes ao caos no país, da mesma forma como é absurdo tentar confundir o governo com a Constituinte. A Constituinte nada tem a ver com o desgoverno que se implantou no País. O Governador do Paraná pode estar querendo abrir precedentes para dizer que as eleições diretas são perigosas, o que é descabido, pois 90% dos brasileiros reclamam o direito de votar para presidente da República. Na verdade, o que o gover-

nador quer é impedir a convocação de eleições.

O paranaense Sérgio Spada, do PMDB, entende, por sua vez, que neste instante o PMDB não pode se eximir de resgatar os compromissos solenes assumidos publicamente perante a Nação. Tadeu quer, por exemplo, o empenho de seu partido no sentido de investigar a dívida externa em todas as suas implicações e envolvimento, até às últimas consequências.

Já o paraense Ademir Andrade, também do PMDB, deu conhecimento ao Plenário de moção que iria apresentar perante a convenção do PMDB, no sentido de que seu partido se afaste do governo Sarney, dissociando-se dele, "visto que sua ação hoje nada se iguala aos compromissos anteriores assumidos".

Constituintes reagem contra o uso da LSN

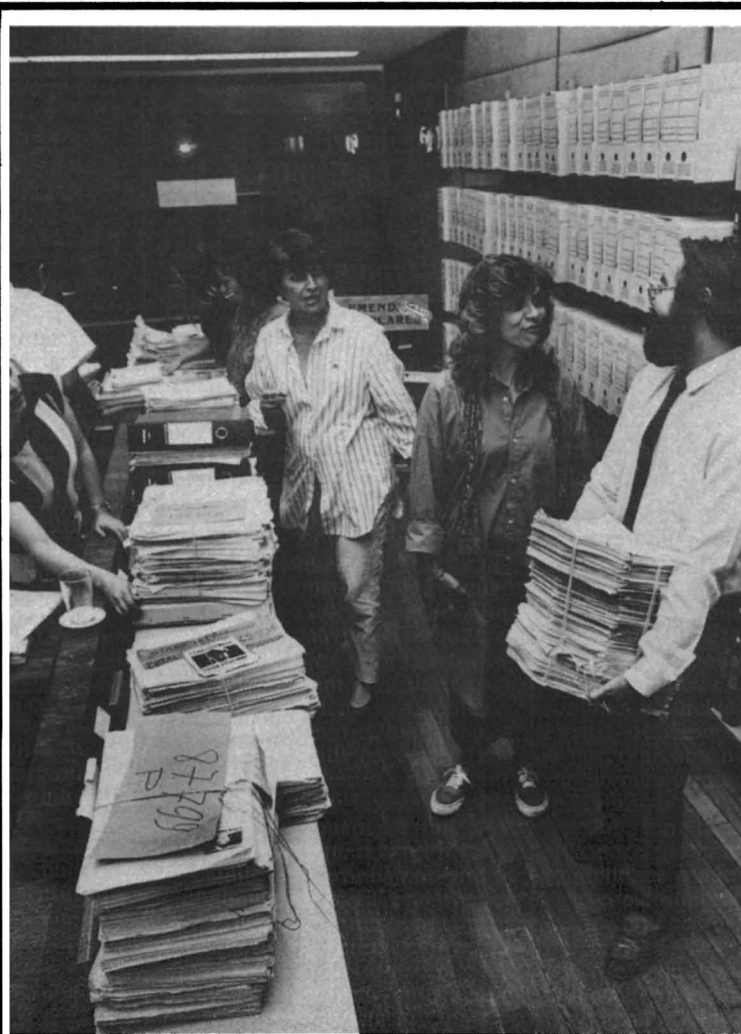
Assunto também debatido durante a semana no plenário da Constituinte, a determinação do Ministro Paulo Brossard de enquadrar na Lei de Segurança Nacional líderes que participaram de comícios por eleições diretas foi criticada por representantes de vários partidos.

Anna Maria Rattes, do PMDB do Rio de Janeiro, lamentou a iniciativa, chegando mesmo a apelar ao Presidente Ulysses Guimarães no sentido de interferir para liberar os presos do Rio de Janeiro.

Já o Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do PT, procurou demonstrar não terem sido apenas os oradores que ofenderam o Presidente Sarney durante o comício de São Paulo, "mas as 50 ou 60 mil pessoas que compareceram à Praça da Sé".

Beth Azize, do PSB do Amazonas, estendendo sua preocupação a acontecimentos observados em outras capitais, pediu a revogação pura e simples da Lei de Segurança Nacional, "para redimir a Nova República de todo o infortúnio que vem causando ao País e ao povo".

E Adhemar de Barros Filho (PDT — SP) anunciou que o líder de seu partido, Brandão Monteiro (RJ), concluiu projeto revogando a LSN.



Emenda popular com dois milhões de assinaturas defende a criança

Dois milhões em defesa das crianças

"Toda criança tem direito à vida, a um nome, a uma família, à educação, à saúde, ao lazer, à moradia, à alimentação, à segurança social e afetiva." Nessa redação sucinta e objetiva, temos uma das primeiras emendas populares encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte, o que, segundo estava previsto, ocorre até o dia 13 de agosto.

No ofício recebido pelo Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, o coordenador da Comissão Estadual Criança e Constituinte/Goiás, Osvaldo Guimarães, diz que "queremos expressar a nossa esperança de que a Constituinte elabore uma Constituição que venha atender tantos aos anseios dos vários segmentos da comunidade quanto às necessidades da Nação".

De acordo com o documento, as reivindicações representam a sólida vontade nacional, e espera que a nova Constituição contemple os direitos da criança brasileira, garantindo-lhe as necessárias condições de desenvolvimento, "iniciando-se aí o alicer-

ce para a construção de uma sociedade livre, fraterna e soberana". Esta emenda é respaldada por cerca de dois milhões de assinaturas.

CENSURA

A outra emenda popular já apresentada, com o apoio de 30 mil pessoas, reivindica seja incluída na Constituição "texto vedando a censura ou supressão, total ou parcial, a toda e qualquer manifestação cultural ou artística". A emenda foi encaminhada pelo Sindicato dos Artistas de São Paulo.

Ambas as emendas não terão tramitação legal porque não preenchem os requisitos regimentais, conforme definiu o presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos. A primeira é subscrita por crianças, e a segunda, por apenas uma entidade. Entretanto, servirão como subsídio. A maior parte das emendas populares, organizadas pelos sindicatos e associações de moradores, deverá ser entregue, conjuntamente, no dia 12 de agosto.

Projeto de decisão depende de Ulysses

Caberá ao Presidente Ulysses Guimarães a decisão de mandar ou não à apreciação do Plenário da Assembléia dois projetos de decisão que centralizaram as atenções da Comissão de Sistematização na última semana. O primeiro, de iniciativa de Paulo Ramos (PMDB — RJ), probe, sob qualquer fórmula, a conversão da dívida externa, no todo ou em parte, em capital de risco, em território nacional; o segundo, de autoria de Iram Saraiva (PMDB — GO), torna obrigatória a transmissão, através da televisão e do rádio, das votações nominais realizadas no plenário da Constituinte. Naquela comissão, a proibição da conversão da dívida foi aprovada por 42 votos a 6, e uma abstenção, constituindo-se o primeiro projeto de decisão a ser ali acolhido.

Para Paulo Ramos, o anunciado propósito de transformar a dívida em capital de risco, especialmente mediante a aquisição, por parte dos credores internacionais, de ações das mais importantes empresas nacionais, constitui ameaça às decisões soberanas da Constituinte, pois esta ainda vai deliberar sobre questões que envolvem tal assunto. Se a conversão se concretizar, antes disto, inúteis e frustradas serão quaisquer decisões da Assembléia, através da futura Constituição, que definam posições em sentido contrário.

Já Iram Saraiva quer não só ampliar a divulgação dos trabalhos da Constituinte como tornar transparente a posição dos constituintes em relação aos grandes temas nacionais, o que, a seu ver, se atingiria através da transmissão direta das votações que se vão ferir no plenário.

Ambos os projetos receberam parecer contrário de Bernardo Cabral (PMDB — AM), relator da Comissão de Sistematização. No tocante à conversão da dívida, ele argumentou que há notí-

cias, porém não há nenhuma medida, no âmbito do Executivo, que a Assembléia devesse sobrestar. E, se houvesse, só depois de conhecer sua extensão e alcance poderia a Assembléia avaliar se a medida constituiria ameaça às suas decisões soberanas. Quanto à transmissão das votações, Cabral considerou válida qualquer iniciativa para dar maior divulgação às atividades da Constituinte, porém sustentou que projeto de decisão não é o meio próprio regimental para esse objetivo. Sugeriu, por isso, que a proposta seja remetida ao Presidente da Constituinte para que ela seja transformada em projeto de alteração do Regimento Interno.

REVIRAVOLTA

De acordo com o regimento, o projeto sobre a dívida iria tranquilamente a plenário, onde seria aprovado se obtivesse a maioria absoluta de votos em dois turnos. Entretanto, uma questão de ordem levantada na sessão seguinte à da sua apreciação, provocou uma reviravolta. O líder do governo, Carlos Sant'Anna (PMDB — BA), impugnou o resultado, alegando que, de acordo com o regimento da Comissão e da Assembléia, a Presidência da Comissão de Sistematização deveria ter considerado o projeto rejeitado e não aprovado. Isto porque, embora tivesse maior número de votos favoráveis, ele não alcançou o quorum de maioria absoluta dos votos requerido pelo regimento.

A aguição prontamente contestada por outros constituintes provocou sucessivas questões de ordem e discussões que consumiram todo o tempo da reunião da Comissão de Sistematização, levando o seu Presidente, Afonso Arinos (PFL — RJ), a resolver, ao final, que a melhor solução seria submeter a matéria à decisão do Presidente da Constituinte.

Contradições no parlamentarismo

O constituinte Maurílio Ferreira Lima (PMDB — PE) apontou duas contradições contidas no atual texto do projeto de Constituição: a primeira diz respeito ao sistema parlamentarista que se pretende não seja estendido aos estados e municípios, e a segunda refere-se ao fato de o Presidente da República ser eleito com 20 ou 30 milhões de votos e não poder cumprir as promessas feitas em praça pública "porque quem vai chefiar o Governo será uma pessoa — o Primeiro-Ministro — que não foi escolhido pelo povo, o que poderá gerar conflitos entre os poderes Executivo e Legislativo".

Ao invés de um parlamentarismo misto, Maurílio defende o chamado presidencialismo misto, em que o poder é exercido pelo Presidente da República e pelo Congresso Nacional.

Mais direitos para os menores

Um apelo à Constituinte foi dirigido pelo espírito-santense Nelson Aguiar, do PMDB: mantenha, sem retoques, o texto do projeto da Comissão de Sistematização, ora em debate, no que diz respeito ao direito do menor.

— O problema do menor abandonado é o mais grave que temos neste país — diz Nelson Aguiar. — O drama de crianças indefesas, sofrendo pelas ruas, representa situação incompatível com o Brasil, que tem acumulada a oitava economia do mundo.

Isto faz concluir, no entender do orador, que a questão não se resume à falta de recursos, mas à necessidade de o menor ser contemplado, na nova Constituição, como sujeito de direito.



Os Constituintes Afonso Arinos, Mário Covas, Nelson Carneiro e Fernando Henrique Cardoso discutem o Acordo que permitiu a aprovação do projeto de Constituição

Líderes aprovam projeto de Carta

Ao aprovar o projeto de Constituição — 76 votos a 15 — a Comissão de Sistematização propiciou o primeiro acordo das lideranças partidárias em torno da Constituição, sendo que o PTB foi o único partido que não endossou o entendimento, já que o seu líder, constituinte Gastone Righi (SP), insistiu na votação de destaques e emendas.

Como o projeto da Comissão só poderia contemplar as emendas de adequação, devido a limitações estabelecidas pelo Regimento da Constituinte, as lideranças pretenderam, através do acordo, não retardar o debate constitucional. Assim, o projeto será discutido em plenário, sendo consideradas todas as emendas não incorporadas ao seu texto, qualquer que haja sido o fundamento da exclusão — parecer contrário ou qualificação como matéria de mérito.

Para o constituinte Fernando Henrique Cardoso (PMDB — SP), "ao acolhermos o relatório apresentado pelo relator Bernardo Cabral, que introduz cerca de 300 modificações em seu próprio texto, damos como bom o trabalho de adequação feito. Levando em conta, ainda mais, que os limites entre o que seja emenda relativa à adequação formal e o que seja emenda relativa ao mérito são frequentemente tênues e objeto de interpretação — portanto, contém algo de subjetivo, a medida a ser tomada é enviar o conjunto das emendas, tenham elas sido classificadas como de mérito ou de forma, sem entrarmos na discussão, para a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte".

Disse também Fernando Henrique Cardoso que, aprovado o acordo, o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, aceitará todas as emendas, que terão de ser reenumeradas e adequadas ao texto novo do projeto. Assim, elas terão seu curso normal no decorrer dos próximos 30 dias e serão objeto de consideração, nova-

mente, pela Comissão de Sistematização, quando as emendas vindas do plenário serão discutidas em face do relatório de Bernardo Cabral, para tomar-se uma posição definitiva sobre se vão ser aceitas ou não.

O constituinte Alcení Guerra (PR) comunicou estar o PFL de acordo com o proposto por Fernando Henrique Cardoso. Pelo Partido Liberal, o constituinte Adolfo Oliveira (RJ) destacou que o acordo nasceu de entendimentos amplos entre todas as correntes partidárias. "Ressalvado sempre o direito individual de cada constituinte oferecer sua contribuição fora do acordo." Em nome do PT, o constituinte Plínio Arruda Sampaio (SP) manifestou sua concordância com o acordo, lembrando que "todas as emendas de mérito poderão ser renovadas na fase seguinte, com vistas a um processo mais econômico, mais rápido e racional". Também se pronunciaram favoravelmente ao acordo, como líderes de seus partidos, os constituintes Jamil Haddad (PSB — RJ), Mauro Borges (PDC — GO), Haroldo Lima (PC do B — BA), Roberto Freire (PCB — PE) e Brandão Monteiro (PDT — RJ).

Ao explicar o voto contrário do PTB em relação ao acordo, o constituinte Gastone Righi disse que "vamos votar um projeto sem discussão, sem encaminhamento de votação, a partir de um acordo que não ocorreu". Ele registrou ainda dois destaques que apresentou. O primeiro refere-se ao artigo que estabelece a proibição de incidência na folha salarial de qualquer tributo ou contribuição — "se aprovado, teremos extintas no País entidades com as quais jamais poderíamos deixar de coexistir. Aponto, por exemplo, o caso das cooperativas de consumo de trabalhadores, que têm seu apoio no desconto em folha de pagamento, assim como os sindicatos e as associações de classes. O mais importante é que o Fundo de Garantia

por Tempo de Serviço estaria extinto. De igual modo, o SESC, o SESC e o Senac estariam extintos. Por fim, o governo inviabilizaria a arrecadação do Imposto de Renda, que não seria mais descontado na fonte.

O outro destaque de Gastone Righi trata de dispositivo que permite ao poder público intervir nos serviços de saúde e até desapropriá-los, sem qualquer indenização. Para ele, trata-se de confisco, pois os serviços de saúde "são os gabinetes dentários, os consultórios médicos, os laboratórios, as farmácias, os hospitais, os ambulatórios, as santas casas".

Righi defendeu ainda o destaque de uma emenda relativa à competência dos municípios para cobrar o Imposto Sobre Serviços.

Já o relator Bernardo Cabral argumentou que o acordo facilita os trabalhos da Comissão de Sistematização porque "visa à celeridade dos nossos trabalhos, à economia processual. E mais, demonstra a pacificação entre as lideranças credenciadas da Comissão de Sistematização e, consequentemente, na Assembléia Nacional Constituinte".

Após a aprovação do projeto, o Presidente da Comissão de Sistematização, constituinte Afonso Arinos (PFL — RJ), afirmou que "o pessimismo, as críticas, a descrença, até mesmo a agressividade que às vezes se manifestam contra os trabalhos da Constituinte são inteiramente improcedentes; infundados para quem deles aqui toma conhecimento. O que a Presidência lamenta é que não haja conhecimento suficiente da opinião nacional acerca do que existe de positivo neste trabalho, que se realize em termos sem precedentes na história constitucional do Brasil". E elogiou os constituintes, por estarem fazendo "um trabalho sem precedentes, estão planejando e construindo uma obra ao mesmo tempo, concomitantemente, juntamente".

Terra e casa para todos

Srs. Constituintes,
Mesmo sabendo que as questões mais profundas não serão resolvidas com a simples elaboração de nova Carta constitucional, dois assuntos não poderão deixar de constar da futura Constituição: a reforma agrária, garantindo posse de terra aos milhões de irmãos que dela necessitam para viver e trabalhar, e a reforma urbana, assegurando o direito de morar, com decência, a outros tantos milhões de trabalhadores a quem o inconseqüente modelo econômico atraiu para os grandes centros.
Vereador Erazé Martinho
Jundiá — SP

Número de filhos

Srs. Constituintes,
Controle da natalidade. Na minha opinião, todo casal deveria ter no máximo três filhos, este é o número ideal para se educar bem e dar o mínimo que um ser humano precisa. As pessoas de baixa renda, principalmente, têm no mínimo cinco filhos, sendo que os pais geralmente não têm condições de criar nem dois. (...)
Nazly Wim Maldonado
Limeira — SP

Nação dependente

Srs. Constituintes,
Nós brasileiros sabemos que somente a Constituinte não solucionará a crise brasileira. Entretanto, é um passo muito importante para a afirmação das instituições civis da Nação brasileira. A nossa crise só será solucionada quando ficarmos independentes do FMI. Enquanto isso não acontece somos uma nação dependente. (...)
Francisco de Paula Pinto
Tenente Ananias — RN

Trabalho para os presos

Srs. Constituintes,
Todo criminoso que cometer crime que venha a prejudicar uma família deverá, além de pagar com a liberdade, pagar também com o trabalho, indenizando a quem de direito. Para isso seria necessária a criação de presídios agrícolas e de presídios-oficinas, onde os presos trabalhariam e também estudariam.
Nelson Jorge de Castro
São Paulo — SP

Proteção à Amazônia

Srs. Constituintes,
Por favor, protejam a Amazônia e os pantanais. Que se plantem dez árvores para cada uma derrubada. Que se ponham na cadeia os caçadores e os passarinhos.
Paulo Roberto da Silva
Uberaba — MG

Capital estrangeiro

Srs. Constituintes,
O Governo tem que suspender a entrada de capital estrangeiro para investimentos no Brasil. O Governo deve continuar o programa para irrigar o Nordeste. É óti-

ESCREVA A SUA CARTA

Magi Murum de Dezembro de 1986
Ex^{ma} Sras Constituintes.
Eu me chamo Evandro Antônio tenho 13 anos e estudo na escola E. E. P. G. Dr. Oscar Rodrigues Alves de Magi Murum.
Os aposentados devem ser tratados com muito respeito pois eles já trabalharam muito para grandiza do nosso país.

Esta página é destinada a você, leitor.

Escrevendo, você manda sugestões para os Constituintes.

A idéia é participar sempre mais.

ma esta iniciativa, esse Governo foi o único que se interessou pelo assunto. Ele também deve ajudar ainda mais as cooperativas. Os sindicatos dos trabalhadores não deverão ser esquecidos, como ocorreu na ditadura militar. O Governo terá que incentivar as empresas estatais e privadas a exportarem mais mercadorias para o pagamento da dívida.
Celso Elisio Frouner
Rodeio — SC

Pavimentação das ruas

Srs. Constituintes,
Sobre a pavimentação das ruas, eu acho que tem muita rua asfaltada onde não há casas, apenas terrenos baldios, onde o mato é alto, sendo que nas ruas onde há mais casas, o asfalto nem sonha em passar por lá. (...) E sobre os menores abandonados, peço que olhem também para esse lado e procurem uma solução.
Patrícia das Virtudes
Uberaba — MG

Acesso à terra

Srs. Constituintes,
Estou bastante otimista com a nova Constituinte. Espero que o homem do campo tenha acesso à terra e que os segurados pelo Funrural sejam tratados humanamente. Sou favorável à pena de morte para assaltantes e terroristas. Acho também que o Fundo de Participação dos Municípios deve ser acompanhado de um plano.
Floro Batista Alves
Santa Luz — PI

Mais escolas, menos prisões

Srs. Constituintes,
Geralmente existe a preocupação de se criar novos presídios; eu não concordo e acho que se deveriam construir novas escolas profissionalizantes, ao invés de gastar o nosso dinheiro dando conforto a bandidos. (...) Aposentadoria às mulheres com 25 anos de serviços e redução do seu horário de trabalho de oito para seis horas (...)
Cléa Cândido Portela
Guarujá — SP

Aposentadoria e insalubridade

Srs. Constituintes,
A extensão rural, à semelhança do magistério, voltada para o trabalho educativo e missionário, constantemente envolvida com produtores de baixa renda, sujeita às doenças e contaminações diversas (lepra, doença de Chagas, brucelose, tuberculose etc. defensivos agrícolas), merece tratamento semelhante quanto ao tempo de serviço para a aposentadoria e ainda adicional de insalubridade. (...)
João Batista Pereira
Teixeira — MG

Redução da maioria

Srs. Constituintes,
Proibição de publicidade sobre cigarros e seus similares, bebidas alcoólicas de qualquer espécie, remédios, fortificantes e vitaminas, através da imprensa falada e televisada. Para fins de crime previsto nos Códigos Penal e de Processo Penal Militar, reduzir a maioria de para 15 anos. (...)
Douglas Campos da Silveira
Brasília — DF

Educação religiosa

Srs. Constituintes,
Que a educação religiosa seja mantida na nova Constituição brasileira e garantida pelo Estado em todas as escolas como parte integrante do sistema de ensino, respeitada a pluralidade religiosa do povo brasileiro.
Gilberto Alexandre Schulz
Paranavaí — PR

Trabalho para presidiários

Srs. Constituintes,
Todos os presidiários deveriam sair dos presídios, que são uma mordomia, e ir plantar para que

a nossa agricultura possa crescer cada vez mais. O Governo cuidaria desse problema colocando o Exército para cuidar dos presidiários.
Valdomiro de Paiva
Guarulhos — SP

Caderneta sanitária

Srs. Constituintes,
Toda criança ao nascer terá uma caderneta sanitária até seu falecimento. Nessa caderneta será registrada o nascimento ao falecimento a sua vida sanitária, o que será uma imprescindível ajuda ao controle rígido de sua saúde. A implantação teria ainda a finalidade de não permitir que brasileiros nasçam e faleçam sem certidão de nascimento. Cadeia para todos que cometam ilícitos. Para o indivíduo, mais sábio, inteligente, com ensino superior, a pena deve ser mais rigorosa, por ser um indivíduo com mais conhecimento de causa.
Alberto Pedrosa do Prado
Matias Barbosa — MG

Melhoria do ensino

Srs. Constituintes,
A minha sugestão é que o Governo melhore o ensino brasileiro. O aluno entraria às 8 horas e sairia às 17 horas. Mas, para isso, os colégios teriam que ter condições, como quadra para esportes, apoio psicológico. (...) e melhorar os salários dos professores. (...)
Maria Godoy Leite
Maringá — PR

Segurança pública

Srs. Constituintes,
Desejo que seja criado um Ministério destinado à Segurança Pública e que a nova Constituição assegure maior liberdade às Polícias Militares no que se refere a manutenção da ordem pública. (...) Que seja tratada de maneira distinta da Polícia Civil, colocando-a especificamente como força e reserva do Exército. A Polícia Civil somente para tratar da parte judiciária. (...)
Odair dos Santos Ferreira
São Luís — MA

Alcoolismo

Srs. Constituintes,
Atuando em muitos casos como destruidor de milhares de lares, o alcoolismo amedronta e põe em risco a vida de cidadãos brasileiros. Analisando o problema sob o aspecto médico, o alcoolismo não só prejudica o ser viciado, mas compromete a saúde das gerações por ele produzidas. No aspecto social, temos o álcool como ingrediente forte e capaz de tornar pobre de caráter e personalidade um indivíduo que, por diversas razões (ociosidade, problemas financeiros, etc.), passa a ser escravo do vício. Bebidas alcoólicas são encontradas facilmente à disposição de toda e qualquer pessoa, nas prateleiras de bares, restaurantes etc., a qualquer hora do dia ou da noite. Seria louvável se contássemos com uma legislação que regulasse o uso indiscriminado de

bebidas alcoólicas em nosso País. Vale a pena tentar.
Antônio Carneiro de Paiva Jr.
João Pessoa — PB

Pena de morte

Srs. Constituintes,
Segurança. Punição de morte para os casos absurdos como tráfico de drogas, estupro, homicídio, violência etc. Aumentando assim a segurança, tirando o medo das ruas. Aumentar a construção de escolas.
Nobenjochi Nakamura Jr.
Santos — SP

Igualdade de fato

Srs. Constituintes,
Em primeiro lugar, gostaria que a Constituinte fosse elaborada sem a costureira corrupção. (...) Que se veja mais o povo e, em prol dele, seja elaborada uma verdadeira lei em que na verdade todos sejam iguais. Os meus pedidos não são tão específicos, mas tenho uma grande vontade de ver o meu povo e o meu País limpos. (...)
Katia Pessôa
Recife — PE

Discriminação em concursos

Srs. Constituintes,
Gostaria que um dos pontos a ser discutido na Constituinte fosse a limitação de idade nos concursos públicos. É vergonhosa a discriminação que existe entre os brasileiros. Os funcionários públicos não têm limite para prestar concursos públicos; quanto a nós, não é preciso nem atingir os 30 para sermos considerados velhos. Será que os mais experientes são menos capazes? Pensem nisto.
Maria de Fátima F. dos Santos
Belo Horizonte — MG

Polícia única

Srs. Constituintes,
A Polícia Militar deveria trocar sua denominação para: Força Pública/Força Policial e adaptar-se para executar investigações, missões cartorárias (polícia judiciária) e de carceragem. Caso venha a surgir uma polícia única (pela união das PM e das Polícias Civis) deveria prevalecer a estrutura militar das PM.
Paulo Roberto Aguiar Portella
Rio de Janeiro — RJ

Proibição ao desmatamento

Srs. Constituintes,
No Brasil muitas atitudes deveriam ser tomadas para mudar em muitos aspectos, para dizer-se que o Brasil realmente é um país com bases sólidas, mas, como o Brasil é um país em desenvolvimento, sempre haverá o que modificar e melhorar. Mas o que eu realmente gostaria de ver acontecendo no Brasil é a proibição do desmatamento de nossas florestas. (...)
Rosângela Seibt Carvalli
Canela — RS

Constituinte nas ondas do rádio



Redatores, repórteres, locutores e técnicos formam uma equipe bem entrosada, e acham o resultado gratificante

A Constituinte tem uma voz que repercute por todo o país, nos lugares os mais distantes, cobrindo todo o território brasileiro até onde a televisão não vai através de uma cadeia nacional de emissoras de rádio que transmite os dois programas diários de cinco minutos. Entre 7 e 9 horas e entre 12 e 14 horas. A programação é toda elaborada pela Empresa Brasileira de Notícias — EBN, em conjunto com a Secretaria de Divulgação do Senado e a Assessoria de Divulgação da Câmara.

A coordenação está a cargo das jornalistas Ana Felícia de Caracas Linhares e Beatriz de Almeida Reis, também responsáveis pela redação final.

A equipe ainda é composta por mais um técnico, Paulo Artur, e pelos locutores João Marques e Thaís Vivacqua, profissionais de grande experiência no rádio. As coordenadoras não possuem uma equipe de repórteres à disposição, sendo que o material no qual é calçado o programa provém da agência noticiosa da EBN, dos jornalistas dessa empresa que fazem a cobertura do Legislativo e do material jornalístico de divulgação oficial da Constituinte. Toda a equipe é unânime em afirmar a importância do próprio trabalho em favor da causa institucional, devido ao grande número de pessoas que ouvem o programa.

A correspondência dá conta de ouvintes do Brasil inteiro. Segundo a palavra do experimentado João Marques, que também se faz ouvir na Voz do Brasil, na parte referente ao Senado, o resultado do esforço é gratificante.

O primeiro programa foi ao ar exatamente no dia 8 de abril, transmitindo um discurso do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. A partir daí, no dizer de Ana Felícia, todos os programas foram elaborados com liberdade, sem nenhum tipo de pressão, de qualquer setor. As transmissões são feitas utilizando-se a estrutura já pronta dos estúdios da Voz do Brasil, localizados no prédio do Congresso.

No entanto, A Voz da Constituinte possui uma sala onde se reúnem os profissionais e também onde são realizadas algumas das entrevistas que vão ao ar. O programa é gerado para a Embratel, que, por sua vez, o transmite para que as emissoras o gravem. Existe uma preocupação muito grande com o rigor de cumprir o tempo de cinco minutos estabelecidos, isso porque as rádios fazem a recepção do material em fitas com duração exata. A programação é feita na véspera de sua veiculação, mas para as próximas fases da Constituinte espera-se maior dinâmica, de forma a que o noticiário seja o mais atual possível e que acompanhe mais de perto o desenrolar dos fatos da Constituinte.

Ciência avança com democracia

A 39ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que se realizou na Universidade de Brasília, incluiu entre os numerosos temas de discussão a Constituinte. Os constituintes Florestan Fernandes (PT — SP), Gabriel Guerreiro (PMDB — PA), José Carlos Sabóia (PMDB — MA), Moema São Thiago (PDT — CE) e Otávio Elisio (PMDB — MG) participaram de mesa-redonda “Cientistas na Constituinte”, coordenada pelos professores Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho (UFRJ) e Benício Schimidt (UnB), e com a participação ainda do reitor da UnB, Cristóvam Buarque. Eles salientaram a importância da

participação da sociedade no sentido de pressionar os constituintes em favor de uma Constituinte que se aproxime dos anseios da população.

Em outro debate, sobre “Ciência e Constituinte”, o economista Luciano Coutinho, do Ministério da Ciência e Tecnologia — na foto, o primeiro à direita — frisou que o avanço da ciência, pela própria natureza do seu processo de contestação contínua, só pode ser realizado num clima democrático. Participaram do debate o antropólogo Gilberto Velho, da UFRJ, e o físico Fernando Cláudio, da UFRGS, sob a coordenação do sociólogo José Albertino, da Universidade de São Carlos.



Ulysses Guimarães reúne políticos em almoço no Planalto



No exercício da Presidência da República, o deputado Ulysses Guimarães reuniu, em um almoço no Palácio do Planalto, as lideranças partidárias e os membros das Mesas Diretores da Assembléia Nacional Constituinte e da Câmara dos Deputados. Segundo Ulysses, foi um encontro de amigos. Mas foram tratadas as questões mais discutidas da Constituinte. Participaram do almoço os líderes do PMDB e do PFL na Constituinte, Mário Covas e José Lourenço; os líderes do PTB, Gastone Righi; do PDS, Amaral Netto; e do PDC, Mauro



Borges; e a Mesa Diretora da ANC, composta pelos constituintes Mauro Benevides e Jorge Arbage, primeiro e segundo vice-presidentes; Marcelo Cordeiro, Mário Maia e Arnaldo Faria de Sá, primeiro, segundo e terceiros secretários; e todos os integrantes da Mesa da Câmara: Homero Santos e Paulo Mincarone, primeiro e segundo vice-presidentes; Paes de Andrade, Albérico Cordeiro, Heráclito Fortes e Cunha Bueno, os quatro secretários.

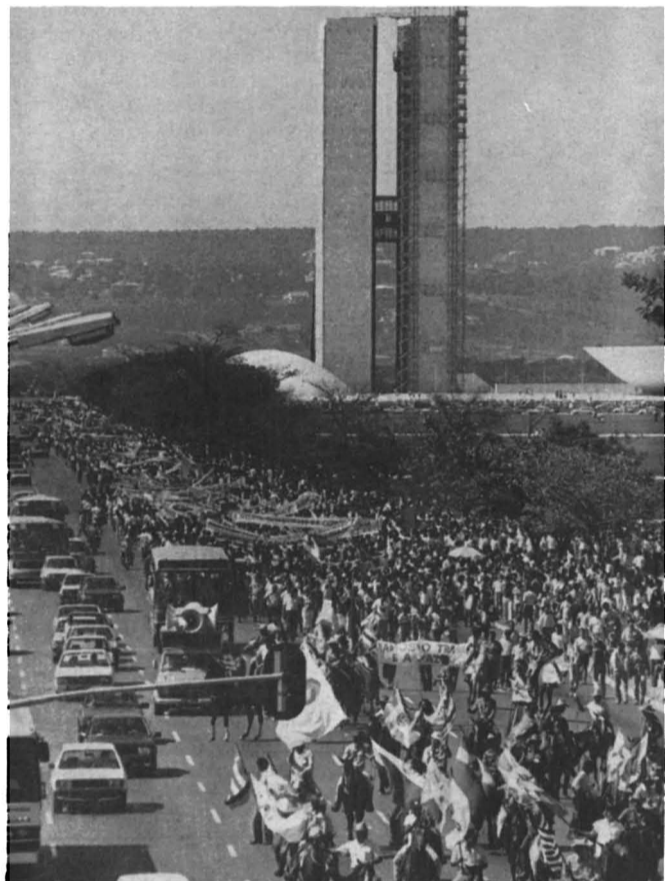


As lutas e as esperanças de cada um

À medida que a Assembléia Nacional Constituinte avança no trabalho de elaboração da futura Carta, a pressão da sociedade sobre os constituintes vai ganhando mais força e conteúdo, movimentando um número cada dia maior de entidades, associações, agremiações políticas e da comunidade em geral.

O Palácio do Congresso Nacional, cuja composição arquitetônica — o “H” e as duas conchas — parece ser o próprio símbolo do equilíbrio, tem sido

ora palco, ora pano de fundo, onde as mais diversas correntes de opinião se movimentam, num belo espetáculo que se poderia chamar de coreografia da vontade nacional. Cada parcela da sociedade comparece à Constituinte com sua mensagem, com seus sonhos e realidades, como se fosse uma grande feira de barganha política, e da qual se espera, ao final, uma proposta que atenda a todas as correntes, na medida do possível. É isso que o **Jornal da Constituinte** mostra nesta página.



CB — F. Gualberto

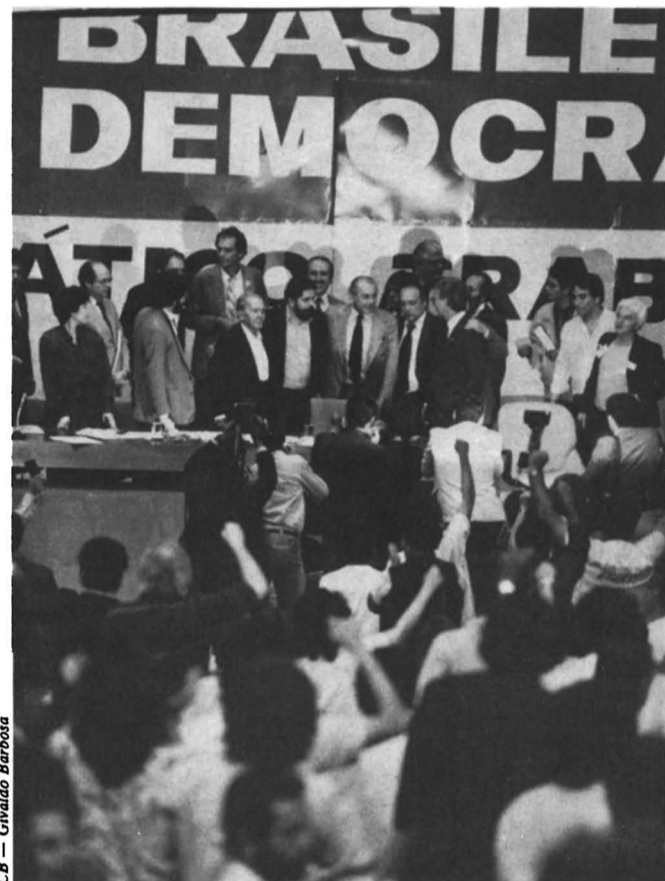
PRESSÃO DOS DOIS LADOS

De um lado, a pressão partidária: o Primeiro Congresso Brasileiro do Socialismo Democrático, promovido pelo PDT e realizado nas dependências da Câmara dos Deputados, tendo como tema principal “A Transição e a Constituinte”, o Congresso reuniu delegações de todos os Estados e representantes do Socialismo Internacional, além de contar com a participação de dirigentes e líderes de outros partidos, como o PSB, o PT, o PC do B e o PCB.

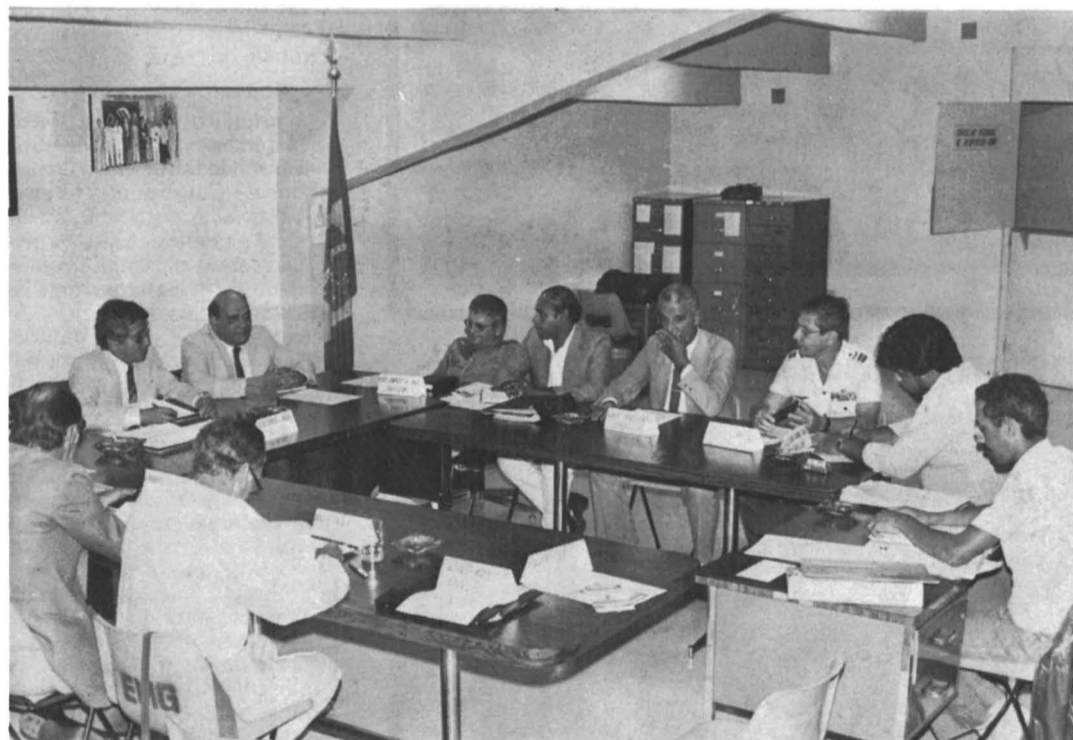
Os parlamentares do PDT receberam, de suas bases, propostas a serem encaminhadas à ANC e debateram questões relevantes, como o momento econômico, a luta dos trabalhadores e as eleições diretas.

O presidente do PDT, Leonel Brizola, conseguiu reunir, no seu congresso, o presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, e Luis Carlos Prestes, ex-secretário-geral do PCB.

De outro lado, a grande marcha sobre Brasília, promovida pela União Democrática Ruralista — UDR, que mobilizou proprietários rurais de todos os pontos do País, na tentativa de fazer valer os seus pontos de vista. Para isso, a UDR colocou no Eixo Monumental, centro nervoso das decisões políticas do País, milhares de proprietários, máquinas e animais num animado desfile. Reforma agrária — essa é a principal preocupação da UDR.



CB — Givaldo Barbosa



Desporto quer amparo

O Conselho Regional de Desportos do Distrito Federal está mobilizando os desportistas para defender junto à Constituinte o amparo e o estímulo do Estado à educação física e aos desportos em geral, inclusive destinando suplementação financeira e criando benefícios fiscais. Na foto, reunião para tratar do assunto realizada

pelo CRD-DF, presidida por Hezir Espíndola Gomes Moreira, contando ainda com a presença do presidente do Conselho Nacional de Desportos, Manoel Gomes Tubino. No Conselho estão representados os esportes amador, profissional, classista, militar e escolar.

PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

A democratização dos meios de comunicação é condição fundamental para a construção de um regime efetivamente democrático no Brasil, em que os diversos segmentos da sociedade, independentemente de suas convicções políticas, possam livremente se expressar. Queremos garantir o pluralismo e preservar a diversidade cultural. Queremos pôr fim à censura, inclusive aquela determinada pelos donos dos jornais, revistas, rádios e televisões. Queremos que a informação deixe de ser tratada como se fosse uma mercadoria e passe a ser encarada como um bem social. Queremos que a liberdade de expressão no Brasil não se limite à liberdade que os empresários de comunicação têm de defender seus próprios pontos de vista. Queremos garantir o amplo acesso ao veículo de comunicação e a participação direta dos setores organizados da sociedade civil na definição de uma política democrática de comunicação.

Cum esses objetivos, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), com o respaldo de diversas entidades representativas da sociedade brasileira, elaborou esta proposta para apresentar à Assembléia Nacional Constituinte.

Inclua-se ainda o eufemismo: I — De Direitos à Comunicação

Art. — A comunicação é um bem social e um direito fundamental da pessoa humana e a garantia de sua viabilidade é uma responsabilidade do Estado.

Art. — Toda cidade tem direito, sem restrição de qualquer natureza, inclusive do Estado, a liberdade de opinião e expressão e este direito inclui a liberdade de procurar, receber e transmitir informações e ideias por qualquer meio.

Art. — Aos cidadãos, através de instituições representativas, é assegurado o direito de participar da definição das políticas de comunicação.

Art. — A comunicação deve estar a serviço do desenvolvimento integral da Nação, da

eliminação das desigualdades e injustiças e da independência econômica, política e cultural do povo brasileiro.

Art. — A imprensa, o rádio, a televisão, os serviços de transmissão de imagens, sons e dados por qualquer meio, serão regulados por lei, atendendo às suas funções sociais e tendo por objetivo a consecução de políticas democráticas de comunicação no País.

Art. — Fica definido que os serviços de telecomunicações e de comunicação postal é monopólio estatal, sendo como prioridade o atendimento igual a todos.

Art. — Os veículos de comunicação, inclusive os meios impressos, serão explorados por funcionários associados aos funcionários.

Art. — A administração e o funcionamento dos meios de comunicação comercial das pessoas jurídicas são de competência exclusiva do Poder Executivo.

Art. — Fica instituído o Conselho Nacional de Comunicação, com competência para estabelecer, supervisar e fiscalizar políticas nacionais de comunicação abrangendo as áreas de imprensa, rádio, televisão e serviços de transmissão de imagens, sons e dados por qualquer meio.

Art. — Compete ao Conselho Nacional de Comunicação a outorga, renovação e revogação das licenças e concessões para uso de frequência e canais de rádio e televisão e serviços de transmissão de imagens, sons e dados por qualquer meio.

Art. — O Conselho Nacional de Comunicação é composto por 15 membros: 10 representantes nos seus planos executivos de seus direitos civis, sendo 3 (três) representantes de entidades empresariais, 3 (três) representantes de entidades representativas de profissionais da área de comunicação, 1 (um) representante de instituições universitárias.

Art. — Os representantes das entidades integrantes do Conselho Nacional de Comunicação serão designados pelo Congresso Nacional, para mandato de 3 (três) anos, observada a proibição em lei.

Art. — Os representantes das entidades integrantes do Conselho Nacional de Comunicação não poderão exercer mais de um mandato consecutivo.

Art. — Para viabilizar o desempenho das funções do Conselho Nacional de Comunicação, a União destinará ao órgão uma parcela da arrecadação de impostos e taxas privativas em lei.

Art. — O Conselho Nacional de Comunicação poderá fazer repasses do seu orçamento anexo de execução e fiscalização que, na forma da lei, forem criados para implementar suas decisões.

Art. — Fica em criação os meios de comunicação do Conselho Nacional de Comunicação em cada unidade da Federação, integradas por 15 (quinze) membros: 10 (dez) em plano executivo de seus direitos civis, 3 (três) representantes de entidades empresariais, 3 (três) representantes de entidades representativas de profissionais da área de comunicação, 1 (um) representante de instituições universitárias.

Art. — Os representantes das entidades integrantes do Conselho Nacional de Comunicação serão designados pelo Congresso Nacional, para mandato de 3 (três) anos, observada a proibição em lei.

Art. — Para viabilizar o desempenho das funções do Conselho Nacional de Comunicação, a União destinará ao órgão uma parcela da arrecadação de impostos e taxas privativas em lei.

Art. — O Conselho Nacional de Comunicação poderá fazer repasses do seu orçamento anexo de execução e fiscalização que, na forma da lei, forem criados para implementar suas decisões.

Art. — Fica em criação os meios de comunicação do Conselho Nacional de Comunicação em cada unidade da Federação, integradas por 15 (quinze) membros: 10 (dez) em plano executivo de seus direitos civis, 3 (três) representantes de entidades empresariais, 3 (três) representantes de entidades representativas de profissionais da área de comunicação, 1 (um) representante de instituições universitárias.

Art. — Os representantes das entidades integrantes do Conselho Nacional de Comunicação serão designados pelo Congresso Nacional, para mandato de 3 (três) anos, observada a proibição em lei.

Art. — Compete às unidades estaduais do Conselho Nacional de Comunicação a supervisão e fiscalização das atividades de comunicação de âmbito regional.

Art. — A lei regulamentará as atribuições e o funcionamento do Conselho Nacional de Comunicação, bem como o dos órgãos da administração pública de âmbito regional.

IV — Da Democratização e Acesso aos Veículos de Comunicação

Art. — Cada órgão de imprensa, de rádio e de televisão será constituído um Conselho Editorial, com membros eleitos pelos profissionais de comunicação, abrangendo de 3 (três) a 15 (quinze) membros.

Art. — Os partidos políticos, as organizações sindicais, profissionais e populares, têm direito a utilização gratuita da imprensa, do rádio e da televisão, segundo critérios a serem definidos por lei.

Art. — É garantido a qualquer cidadão ou entidade, o direito de resposta, na forma da lei.

Art. — Nos períodos eleitorais os partidos têm direito a tempo de utilização do rádio e da televisão, regular e equitativo, na forma da lei.

V — Dos Serviços de Radiodifusão

Art. — Dependem de concessão ou outorga do Estado, outorgadas em caráter precário, através do Conselho Nacional de Comunicação, as condições previstas em lei:

— o uso de frequência de rádio e televisão

— a instalação e o funcionamento de serviços de transmissão de imagens, sons e dados por qualquer meio

— a transmissão pública, no território nacional, de rádio, televisão e dados via satélite

Art. — O Conselho Nacional de Comunicação mandará publicar, anualmente, as frequências disponíveis em cada unidade da Federação e qualquer poder proibir a utilização.

Art. — As concessões ou outorgas de poderes serão suspensas por sentença fundada em infração definitiva em lei, que trará a seguinte disposição:

— Com a finalidade de impedir a concentração da propriedade dos meios de comunicação, fica estabelecido que cada concessionário não poderá utilizar de qualquer outra outorga de concessão para execução de serviços de rádio, televisão e serviços de transmissão de imagens, sons e dados por qualquer meio.

Art. — Os concessionários ou outorgados não poderão exercer o seu direito de concessão por execução de serviços de radiodifusão, devendo optar pela execução de um dos serviços de transmissão de imagens, sons e dados por qualquer meio, ficando disponível para redistribuição através de licitação pública.

Art. — Fica vedado o comércio livre das outorgas e concessões para execução de serviços de radiodifusão por terceiros e concessão.

Essa proposta está tramitando no gabinete de Luiz Inácio de Silva, líder do PT; Bráulio Mantovani, líder do PDT; Roberto Freire, líder do PCB; Humberto Lima, líder do PC do B; e Bráulio Azeite, líder do PSD.

Fenaj encaminha proposta

Utilizando o instrumento democrático criado pela Constituinte, que permite uma participação direta da sociedade na elaboração da nova Constituição, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) está colhendo assinaturas de apoio a uma sua proposta em busca da democratização dos meios de comunicação social. Diz a entidade, no preâmbulo do documento, que seu desejo é o de que a informação seja encarada como um bem social. A proposta encaminhada pela Fenaj tem o apoio da CUT, da CGT, da ANDES, da UNE e de mais 16 entidades de trabalhadores, além de vinte e seis sindicatos de jornalistas de todo o País.